

---

Nancy Armstrong, *Desire and Domestic Fiction: A Political History of the Novel*. New York, Oxford University Press, 1987.

---

Na introdução a *The New 18th Century*, uma colectânea de ensaios publicada em 1987 e subordinada ao objectivo nada modesto de "revisão e problematização do período, cânone, tradição, e género nos estudos literários do século dezoito", as respectivas editoras começavam por lamentar a "resistência à teoria contemporânea que tem caracterizado o estudo da literatura inglesa" do referido século (Nussbaum/Brown, 1987: 14, 1).

Aparentemente as autoras da introdução a *The New 18th Century* não estavam a par da publicação, no mesmo ano de 1987, de *Desire and Domestic Fiction*. Concorde-se ou não com as teses de Nancy Armstrong, este livro constitui, nos seus pressupostos teóricos e nas suas conclusões, provavelmente a mais ousada e conseguida revisão, nas últimas décadas, de uma área central nos estudos do século XVIII inglês: a história do romance. Embora o âmbito do trabalho de Nancy Armstrong não se confine ao séc. XVIII, nem ao romance, é no entanto nesta área de estudos que, quanto a mim, os seus resultados são mais inovadores, e, porventura, mais concludentes. Conforme procurarei demonstrar.

Nancy Armstrong define como objecto do seu estudo um *corpus* textual que designa por "ficção doméstica". Principalmente constituído por aquelas narrativas que, no curso da história do romance, se centram na representação do lar organizado em torno da figura da "mulher doméstica", os limites do *corpus* são contudo suficientemente flexíveis para integrarem a globalidade dos textos que, a partir do século XVII, são escritos por, para, ou sobre mulheres. Não se trata, porém, de mais um estudo temático. Em vez disso, a autora propõe-nos uma total revisão do lugar social do romance (e da escrita em

geral), uma revisão pela qual o romance é instituído como peça fundamental de uma história moderna: a história da subjectividade.

O estudo da emergência do romance no séc. XVIII como resultado das necessidades de representação de si e do mundo da classe média então em ascensão não é novo. A ligação da história do romance à história da classe média é um lugar-comum da história literária, e o estabelecimento dessa relação em termos da funcionalidade do romance como instância de representações ficcionais das formas da subjectividade determinadas pelas condições objectivas da afirmação e da luta pelo poder da classe média tem sido de há muito continuamente feito, particularmente pela crítica literária da tradição marxista. Para o caso do romance inglês do séc. XVIII o marco fundamental desta linha interpretativa continua a ser *The Rise of the Novel*, de Ian Watt, publicado em 1957.

Não é pois no postulado do romance como representação das formas de subjectividade da classe média que reside a inovação de Nancy Armstrong, mas sim na inversão do sentido da funcionalidade tradicionalmente teorizado para a relação entre as circunstâncias objectivas e as representações da subjectividade. Ao reclamar uma relativa autonomia para uma história da subjectividade que é uma história das representações, a autora permite-se concluir que a história da escrita, e particularmente a história da ficção doméstica, constitui o lugar onde se formam as categorias da subjectividade que capacitam a classe média para a conquista e exercício do poder político. O que equivale a afirmar a escrita como o lugar real (não há aqui qualquer metáfora) da luta de classes e da conquista do poder. Ao considerar a centralidade da ficção doméstica na história da subjectividade da classe média, e ao considerar ainda a mulher doméstica como o principal produto dessa ficção, Armstrong pode apresentar o seu trabalho nos seguintes termos: "Em vez de entender a ascensão da nova classe média em função das transformações económicas que lhe garantiram o domínio sobre a cultura, a minha interpre-

tação dos textos escritos sobre as mulheres, ou destinados a serem lidos por mulheres, demonstra que a formação do estado político moderno—pelo menos em Inglaterra—se realizou em grande parte mediante a hegemonia cultural" (p. 9). Ou pode constatar precedências como a que refere a propósito da distância temporal entre o aparecimento da representação do ideal doméstico e a sua realização material: "Comparando o ideal doméstico, enquanto representado nos guias de conduta, com o seu aparecimento na cena rural inglesa, verifica-se um hiato de mais de um século entre os relatos escritos e a sua realização social. Chamo a atenção para esta descontinuidade, com o intuito de reclamar para a representação a importância que lhe é devida" (p. 74-75). A transparência desta relevância dada à representação vê-se Foucault.

A figura da mulher doméstica, centro da representação do lar, aparece assim como o ponto de concentração da vontade de poder da classe média. Nancy Armstrong faz notar como é em torno desta figura que desde cedo começam a ser reunidos os traços da identidade burguesa que virão a impor a sua imagem como universal e, mais do que isso, como natural. Nos termos do processo formalmente descrito por Marx para a constituição da ideologia (a representação dos interesses da classe como interesses de toda a sociedade), recuperados por Barthes para a sua definição do mito como naturalização da história — embora Nancy Armstrong não declare expressamente estas dívidas teóricas —, a mulher doméstica surge como uma representação de qualidades morais e de traços psicológicos (afectivos, sentimentais, emocionais) integradores de uma imagem da natureza humana que se encontraria, por definição, acima, ou fora, de qualquer contexto de luta de classes e, conseqüentemente, fora da luta pelo poder político. O processo de constituição ideológica da classe média teria assim tido o seu lugar próprio na escrita, mais precisamente na história da ficção doméstica, ao mesmo tempo que teria instituído a mulher como figura da sua representação da identidade. Daqui resultam (pelo menos) duas implicações correlativas de ordem global: a história política da classe média é inseparável da história da escrita, em particular da história do romance; e a história do romance é inseparável da história da sexualidade.

A articulação destas duas implicações permite a Nancy Armstrong estudar a história do poder político da classe média como uma história da sexualidade tal como esta se

representa na história da escrita de, para, e sobre mulheres. Partindo do estudo de um corpo de escritos iniciado no séc. XVII e de grande divulgação no séc. XVIII, os guias de conduta para mulheres (*conduct books*), a autora localiza aí a formação de um ideal de mulher cuja identidade não é mais do que a deslocação da autoridade política para o interior da esfera de acção feminina, ou, talvez melhor, para o interior de uma esfera de acção que se institui como propriamente feminina — na verdade, o mesmo movimento que feminiza o poder modela também o seu sujeito, ou seja, a mulher (embora esta ideia nem sempre seja clara: por vezes a autora trata as "qualidades femininas" como se estas fossem já fruto de uma definição histórica prévia; e só não digo "como se estas fossem naturais", porque isso seria fazer de Nancy Armstrong vítima do próprio processo que descreve).

Por esta deslocação para a dimensão doméstica a autoridade política é despoliticizada, ao mesmo tempo que é sexualizada ao ser apropriada pela mulher. Nisso consiste a representação da mulher fornecida pelos guias de conduta, algures comparados pela autora a "pura ideologia" (p. 125): a mulher que vale exclusivamente pelos seus traços de carácter, *independentes de qualquer estatuto social específico*, e que sendo por esses traços instituída em referente de conduta e em autoridade moral se torna na mulher desejada pelos homens de qualquer estrato social. "Foi assim a nova mulher doméstica, e não o seu par, o novo homem económico, quem primeiro invadiu a cultura aristocrática, dela retirando a autoridade" (p. 59): com este remoço a Ian Watt, Nancy Armstrong pretende afirmar que é por via da representação da mulher doméstica que a relação entre o romance e a classe média deverá ser entendida. Por isso o "primeiro romance" será *Pamela*, e não *Robinson Crusoe*.

Importa neste momento reflectir um pouco sobre a opção de Nancy Armstrong. Ao acentuar a importância dos guias de conduta para mulheres como antepassados do romance na criação de um modelo de identidade individual para a representação que de si faz a classe média, a autora deixa de lado outras importantes tradições da escrita do séc. XVII, como a autobiografia espiritual, o diário, o elogio fúnebre, ou os relatos da acção da providência (*providence tradition*), as quais podem igualmente ser invocadas como lugares de criação de modelos ideológicos de representação da consciência individual, e que têm ainda a vantagem de

permitirem o estabelecimento de uma tradição mais abrangente para o romance do séc. XVIII — uma tradição que, concretamente, não exclui Defoe, como acontece com a tradição da ficção doméstica estabelecida por Armstrong.<sup>(1)</sup> Certamente que a autora não desconhece estas outras tradições, nem os estudos sobre elas existentes, apenas os tendo ignorado pela sua irrelevância para a argumentação seguida. Mas esta argumentação seria eventualmente mais consistente se tivesse conseguido demonstrar uma capacidade para dar resposta ao problema da existência (ou não) de um fio interpretativo do romance do séc. XVIII que pudesse abranger convincentemente Defoe e Fielding.

Ao seleccionar em exclusivo um enquadramento da escrita estabelecido a partir dos guias de conduta, Nancy Armstrong aborda sucessivamente diversos textos onde lhe é possível traçar uma história da subjectividade feminina articulável com a história política da classe média, e onde adquirem relevância as análises de *Pamela*, *Emma*, *Jane Eyre* e *Wuthering Heights*, assim como a interpretação de escritos de Darwin, Freud e Virginia Woolf. Apesar da preocupação em criar um distanciamento relativamente aos modelos da chamada crítica tradicional, desde logo pela negação da distinção categorial texto-contexto (p. 23), a articulação deste encadeamento narrativo é em geral feita dentro dos moldes em que tradicionalmente a história do romance é entendida numa relação funcional-contextual com a história da classe média, onde transformações económicas como a revolução industrial são chamadas a explicar a ocorrência de mudanças nas formas de representação. Assim, o aparecimento de factores de perturbação da ordem doméstica nos romances das Brontës é relacionado com — embora não necessariamente explicado por — a ameaça de ruptura da estabilidade política introduzida pela revolução industrial. E nem sequer falta uma espécie de rotagem ao contexto do “ano sagrado” da tradição crítica marxista, 1848, ainda que para tal se tenha de referir a esse ano três romances que datam de 1847: *Jane Eyre*, *Wuthering Heights* e *Vanity Fair* (p. 177).<sup>(2)</sup>

Mas os contributos trazidos por esta obra ao estudo do romance e, em simultâneo, ao

estudo das formas de representação do poder da classe média, são muito mais importantes do que os seus eventuais pontos fracos (estes são, aliás, discutíveis — estou convencido que os reparos acima feitos, no que de teórico comportam, *poderiam* ser contestados interiormente à coerência da argumentação). E de entre os contributos inovadores merece particular destaque a análise de *Pamela* (suspeito, de resto, que o trabalho de Nancy Armstrong sobre *Pamela* terá tido papel preponderante na génese deste livro).

Nancy Armstrong apresenta-nos *Pamela* (Samuel Richardson, 1740) como uma continuação dos guias de conduta, com uma diferença: partindo do modelo de subjectividade feminina criado pelos guias de conduta, Richardson integra-o numa ficção subordinada às estratégias do conto de sedução. O conflito entre Pamela e Mr. B será, no plano da representação, a superação e a supressão ideológica do conflito político que opõe a criada à autoridade masculina fundada no poder aristocrático, efectuadas por meio da sua tradução e resolução através do contrato sexual. A narrativa de Richardson não trataria já tanto da construção da identidade feminina (essa fora operada através dos guias de conduta), mas principalmente do processo de defleção do desejo masculino para as virtudes domésticas operado por Pamela, em tal consistindo afinal a reforma de Mr. B, e assim sendo promovida a reforma da *gentry*. A relação entre patrão e criada é transformada na relação entre homem e mulher, enquanto as relações políticas baseadas na estratificação social são transformadas em relações domésticas.

À primeira vista, seria tentador integrar esta interpretação de *Pamela* numa qualquer relação funcional em que a estrutura da obra pudesse ser esclarecida por necessidades de representação ditadas pela base económica, ou pelas condições políticas — por exemplo, numa relação de homologia estrutural como a descrita por Goldmann. Mas Nancy Armstrong tem o cuidado de ir regularmente advertindo o leitor para a inviabilidade de qualquer relação explicativa que fundamente a representação fora da linguagem: “pretendo uma vez mais sublinhar que a luta travada por Pamela contra o assédio de Mr. B. não indicia uma qualquer ordem de acontecimentos fora da linguagem; regista, outrossim, uma luta que ocorreu realmente dentro da ficção” (p. 109). Esta recusa da aceitação de modelos explicativos por recurso a factores extra-discursivos é constante e consistente, embora não me pareça suficientemente fundamentada em termos

(1) Starr (1965) e Hunter (1966).

(2) Para ser mais preciso: um deles, *Vanity Fair* (W. M. Thackeray), começou a ser publicado em 1947 e acabou de o ser em 1848; *Jane Eyre* (Charlotte Brontë) e *Wuthering Heights* (Emily Brontë) são ambos de 1847.

teóricos — é como se tal fundamentação estivesse implícita, e a autora nos mandasse suprir a nossa ignorância algures. Em *Frederic Jameson?*<sup>(3)</sup>

O processo de afirmação da identidade individual como afirmação da identidade feminina e de superação das categorias políticas através do contrato sexual aparece assim como um vasto movimento de constituição de uma ideologia, em que uma identidade de classe é universalizada através da sua sexualização e uma ordem política específica é representada como natural. Com *Pamela* é assim afirmada a vitória do indivíduo e da ordem doméstica subordinada a qualidades de espírito morais — uma nova hegemonia é criada, que assenta no entendimento das relações sociais em termos domésticos (p.132).

Quando se acaba a análise de *Pamela* estamos sensivelmente a meio do livro. A análise de todos os restantes romances e outros escritos acima referidos cabe nas cerca de 130 páginas restantes: o seu tratamento será, por isso, bastante mais abreviado do que o de *Pamela*. O que não quer dizer que seja superficial; mas quer dizer que será muito menos esclarecedor das multiplicidades significantes das obras apreciadas.

Em *Emma* (Jane Austen, 1816) as relações sociais são já virtualmente idênticas a relações domésticas: não há já lugar, como em Richardson, para a domesticação do desejo. Por isso, os conflitos, ou, mais propriamente, as diferenças, são agora da ordem da interpretação, e identificam pólos de opinião. A modelação da autoridade feminina prossegue, contudo, estabelecendo-se no plano da boa educação e identificando-se na fala de um inglês bem modelado. "No fim do romance a instrução já não é representada (...) de acordo com os guias de conduta. A instrução não se adquire através da escrita, antes pelo domínio das regras do falar bem educado" (p. 149). Analisando *Emma* como uma narrativa de modos de fala e de modos de escrita, Nancy Armstrong desvenda no contrato sexual nada mais (ou nada menos) do que um contrato linguístico: "E na medida em que o romance reduz o seu palco de acção a uma estrutura em que as relações

sociais são determinadas pelas relações sexuais, o contrato linguístico é também um contrato sexual" (p. 138).

Este contrato linguístico, que é representação do contrato sexual, que é representação do contrato social (porquê ir buscar Rousseau e Hume, e não Hobbes e/ou Locke, para definir a lógica do contrato social? [p. 30 s.] — é difícil entender escolhas como estas sem critérios teóricos ou metodológicos subjacentes), vai perder a estabilidade adquirida em Jane Austen a partir da década de 40 do século XIX (a partir de 48). Com as Brontë vão irromper no romance factores de ruptura para cuja integração uma nova ficção, e uma nova linguagem, terá de ser criada. A linguagem do comportamento social moldada por Austen como linguagem do contrato sexual deixa de ser suficiente para conter as novas direcções do desejo: "Para obrigar a linguagem do comportamento social a revelar o que o eu comum tem de mais verdadeiro e profundo, as Brontë tiveram de desmantelar essa linguagem" (p. 192).

Paradoxalmente, uma das representações psicológicas dos novos factores políticos de ruptura (afinal, os factores trazidos por 1848), Heathcliff, que fora inicialmente classificado como "um arrivista social", e "um intruso" (p. 52), é agora considerado como uma figura masculina "historicamente obsoleta" (p. 192). Devo confessar que não entendo esta última caracterização de Heathcliff, particularmente quando confrontada com a primeira (que julgo entender). E é também estranho que seja necessário esperar por condições contextuais como as de 1848 (é claro que a autora rejeita a sua contextualidade, mas é significativo que tenha sentido a necessidade de as referir) para notar a emergência na história do romance inglês de factores de destruição da ordem moral da classe média, enquanto por outro lado um romance como *Clarissa* (1747-48) é praticamente ignorado — o romance onde Richardson, ao aprofundar a dimensão psicológica das personagens, supera afinal a interferência ideológica que dá a *Pamela*, e particularmente ao seu desfecho, traços por vezes grosseiramente políticos.

O romance vitoriano, considera a autora, consegue neutralizar a resistência política ao tornar inteligível a mulher monstruosa (a personagem mais directamente referida é a mulher de Rochester, em *Jane Eyre*, mas a designação abrange outras figuras, como o fantasma de Catherine, em *Wuthering Heights*). Mas será ainda dentro da escrita vitoriana que surgirão novas representações da subjectividade feminina cuja conse-

(3) O meu receio em apontar fundamentações teóricas prende-se também com o facto de ser a própria autora a declarar a sua infidelidade a qualquer teoria ("Não me esforcei por me manter fiel a uma qualquer teoria", p. 27). Penso que tal infidelidade é legítima, e até saudável. Em tal base, porém, apenas é possível ignorar as teorias; para as contestar é necessário um suporte teórico, sob pena de o discurso se resumir a um acto meramente lúdico.

quência implicará uma reformulação do modelo cultural. Estará então em causa uma interrogação sobre o objecto do desejo feminino, e o texto onde tal interrogação é mais particularmente pressentida pertence agora a Darwin (p. 221 s.), embora os seus termos sejam já detectados em *Shirley* (Charlotte Brontë, 1849). Na tentativa de resposta estará implicado o modernismo, enquanto se abrirá uma nova dimensão psicológica: o inconsciente.

Para que fossem mantidos o projecto enunciado no subtítulo (*A Political History of the Novel*)<sup>(4)</sup> e os auto-impostos limites do âmbito cultural inglês por mais de uma vez referidos, seria de esperar que a argumentação fosse continuada com D. H. Lawrence ou com Virginia Woolf. Mas não: Lawrence vai ser apenas citado como exemplo de autor modernista, a par de três autores não ingleses (Yeats, Joyce e Freud), e também a par de V. Woolf, que, essa sim, vai ser mais adiante abordada, principalmente para a partir dela ser aberto o espaço elocutório que a própria autora pretende assumir. O autor onde vai ser possível localizar uma integração do inconsciente num modelo de contrato sexual que estabelece "a mistificação extrema do poder da classe média" (p. 231) é Freud. Sem questionar a crítica de Freud aqui feita, penso que Nancy Armstrong empobreceu a sua história do romance ao completá-la com um recurso ao óbvio, que nem sequer é romance, e que ainda por cima obriga a uma inconvincente fundamentação para a ruptura dos limites culturais estabelecidos desde o início do trabalho (quando se afirma, a propósito dos inícios do século XX: "Ao mesmo tempo, a nacionalidade deixou de garantir o enquadramento 'natural' para a realização de um trabalho como este", p. 227).

Finalizo, portanto, como comecei: afirmando a inegável contribuição de *Desire and Domestic Fiction* para o estudo do romance inglês do século XVIII, e em particular para o entendimento de *Pamela*. Ao mesmo tempo, esta é também uma obra onde se pode ver em acção algumas formas modernas (há quem lhes chame pós-modernas) de entendimento da literatura, da escrita, da cultura. Já alguém notou (Turner, 1989: 100) que Nancy Armstrong tem por vezes de

"adaptar" o romance de Richardson às necessidades da sua argumentação, como quando afirma que "não é uma criatura de carne e osso que Mr. B. encontra no corpo nú e reclinado sobre o leito, mas uma proliferação de palavras e sentimento femininos" (p. 116), ou, pouco adiante: "Os sucessivos fracassos de Mr. B. sugerem que Pamela não pode ser violada porque não é mais do que palavras" (p.116). Os mesmos termos, porém, são referidos mais adiante num contexto que não se refere já à análise de *Pamela*, mas a um comentário a Virginia Woolf: "O que efectivamente descobrimos quando abrimos a mulher é que ela não passa de palavras, de significantes" (p. 248). O que está aqui em causa não é uma simples coerência da análise, mas uma forma de entendimento do real em que este é apenas texto, linguagem, palavras, uma rede de significantes culturais onde as relações humanas não são mais do que situações comunicacionais envolvendo sujeitos e objectos de estratégias discursivas, e onde o natural é sempre ideológico. Um entendimento que parece ignorar, ou antes, negar, a possibilidade da existência de um mundo "exterior" consistente, resistente (ou que vai resistindo), não-cultural, onde afinal vivemos, e onde o natural não seja apenas ideológico, mas também (e antes de tudo) ecológico. Um outro mundo doméstico (não é que *ecológico* casa?), cujo entendimento nos permitiria talvez concluir que, contrariamente às convicções de Nancy Armstrong, e apesar de Richardson, por baixo de todas as roupagens de *Pamela*, depois de removidas todas as palavras, há afinal um corpo. ■

## Referências Bibliográficas

- Hunter, J. P. (1966), *The Reluctant Pilgrim*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- Nussbaum, Felicity, & Laura Brown (1987), *The New 18 Th Century. Theory—Politics—English Literature*. New York, Methuen.
- Starr, George (1965), *Defoe and Spiritual Autobiography*. Princeton, Princeton University Press.
- Turner, James G. (1989), recensão crítica de *Desire and Domestic Fiction*, in *Eighteenth Century Studies*, 23, 1.

(4) Não deixa de ser curioso relacionar este subtítulo com um título de Defoe: *The Political History of the Devil*. Isto porque não são só as sonoridades que são análogas, mas também os pressupostos da historização: para Defoe o diabo "ocupa" a política, e inlecte a sua história; para Nancy Armstrong é o romance que desempenha essa função.

Elizabeth Weed (ed.), *Coming to Terms: Feminism, Theory, Politics*. New York, Routledge, 1989.  
 Dianne Hunter (ed.), *Seduction and Theory: Readings of Gender, Representation, and Rhetoric*. Urbana, University of Illinois Press, 1989.

162

À luta pelos direitos cívicos, desenvolvida, há três décadas, nos Estados Unidos, alia-se a luta pela emancipação da mulher. O que distinguia esta tomada de posição feminista de outras anteriores era, por um lado, a tentativa de sistematização (brevemente se iria começar a ouvir falar, nas Universidades, em "estudos feministas") e, por outro lado, a sua maior capacidade de intervenção. O fenómeno era, de resto, de âmbito transnacional, revelado em simultâneo na Europa e nos Estados Unidos com os movimentos anti-coloniais, com a emergência do movimento "hippie" e de um sentimento generalizado de questionação de valores, e com a procura de uma nova política de identidade.

Não cabe aqui apresentar o panorama histórico-cultural ocidental que referencia o fenómeno. Lembrarei só a importância, para o seu entendimento, de questões ligadas à divisão do trabalho que a Revolução Industrial despoletara, ao surgimento dos movimentos sufragistas, ainda no século passado, à primeira Grande Guerra e a uma nova redefinição do mercado laboral, ao espaço entre as duas guerras e às políticas de liberalização nos campos cultural e económico, à Segunda Grande Guerra e ao advento da era tecnológica, raiz e fruto de mobilidades geográficas e humanas.

Essa preocupação com a conquista (quando não com a recuperação) de um espaço e de uma voz especificamente femininos surge compreensivelmente inserida nesse movimento mais vasto de reivindicações políticas e sociais. A princípio de carácter essencialmente pragmático, sublinhando a importância da experiência feminina, o movimento feminista tinha então um slogan — "the personal is the political" (assim se des-  
 construindo os binómios político/pessoal, público/privado e, ao mesmo tempo, se reclamando para a mulher o acesso ao político) — e as reivindicações faziam-se sentir, a nível literário, com os já clássicos trabalhos de Betty Friedan e Germaine Greer — respectivamente, *The Feminine Mystique* (1963) e *The Female Eunuch* (1970).

A princípio marginais, os estudos feministas incorporaram-se, a pouco e pouco, na Academia, que entretanto também os assimilou com diferentes ênfases teóricas. Depois do maior pragmatismo e radicalismo que presidira aos anos 60, assiste-se agora, no final da década de 80, a uma miríade de formulações teóricas da questão, à preocupação (a que não é alheia a crítica pós-estruturalista) de fazer interseccionar os estudos sobre as mulheres com outros campos teóricos. (1) E, não menos importante, em vez da formulação "women's studies", propõe-se uma nova designação desta área de estudos, centrados agora, não propriamente sobre as mulheres, mas sobre a diferença sexual ("gender studies").

Os dois livros que aqui vão ser tratados obedecem a um factor comum: todos os nomes que neles colaboram, embora reflectindo diferentes posições críticas e ideológicas, são (exceptuando Jacqueline Rose e Denise Riley, incluídas na primeira antologia) oriundos de universidades e instituições norte-americanas. Porém, diversamente de *Seduction and Theory*, que compreende três homens entre os seus colaboradores (não obstante os restantes nove ensaios serem escritos por mulheres), *Coming to Terms* é exclusivamente composto por mulheres, algumas sobejamente conhecidas da crítica contemporânea, como Jacqueline Rose, Joan Scott, Carroll Smith-Rosenberg, Gayatri Spivak, Margaret Ferguson e Naomi Schor.

A tipologia dos estudos feministas comporta geralmente dois pólos distintos: um, de raiz humanista e liberal, onde o modelo de tomada de consciência serve como ponte da falsa consciência para a verdade e para a construção de uma categoria própria de mulher, recorrendo à terminologia — interiorizada — do individualismo liberal; outro, de raiz radical e crítica (marxista, lésbica, negra, psicanalítica, pós-estruturalista), inflectindo as construções ideológicas da diferença sexual e a forma como estas conduzem a práticas por sua vez críticas e radicais. Os diferentes estudos que aqui se apresentam revêem essa divisão, mostrando as justaposições e

(1) É o caso da psicanálise, hoje permeando tantos estudos feministas. O grande impulso neste campo foi dado pela crítica francesa, com as leituras revisionistas do simbólico laciano, lido não só como denunciador das estruturas patriarcais da linguagem e do falocentrismo, mas também como a relação entre sanidade mental e lei simbólica: fora da lei simbólica, o que existe é a psicose (Cf. *Between Feminism and Psychoanalysis*. Ed. Teresa Brennan, London, Routledge, 1989).

intersecções das diferentes tendências actuais nos estudos feministas.

Surgindo na sequência de pesquisas levadas a cabo pelo Pembroke Center for Teaching and Research on Women, da Universidade de Brown, bem como de um congresso realizado em 1985 pelo Centro, com o título "Feminism/Theory/Politics", os dezanove textos que compõem a primeira antologia (onze artigos e oito comentários, a fechar cada um dos cinco capítulos, os quais pretendem funcionar, diz-nos a organizadora, mais como intersecções do que como divisões [p. xxvii]), cobrem as áreas da literatura, da semiótica, da história, da filosofia e da história da ciência.

A introdução, da autoria de Elizabeth Weed (Directora do Pembroke Center), mais que uma apresentação e discussão dos ensaios contidos na antologia, é, por si mesma, um excelente trabalho sobre a história dos estudos feministas realizados nos Estados Unidos a partir dos anos 60. Uma história, feita de ambiguidades perante as contradições que ela própria expõe (p. xv). "O problema do feminismo é — ainda hoje — um problema de resistência e deslocação", escreve Weed (p. xvii): resistência à categorização de binários como igualdade/diferença, político/privado, universal/específico; deslocação relativamente às apropriações mesmas da história, da política, da teoria — e à própria categoria de "mulheres".

Parece-me que a antologia cumpre bem essa proposta, nos debates que propõe de questões como a construção das categorias sexuais, do individual e da consciência política, da "autoridade" versus reescrita (ou citação), da igualdade versus diferença, revendo igualmente a distinção, adoptada ainda em muitos trabalhos de inflexão feminista, entre sexo e identidade sexual ("gender"). Escreve Weed: "Qualquer análise dos problemas relativos às mulheres deve, de algum modo, defrontar-se com a noção mesma da diferenciação sexual, daquilo que constitui a categoria "mulher"; e no que diz respeito à era moderna e ao Ocidente, essa questão conduz ao problema da sexualidade" (p. xvi).

A primeira secção debate a problemática da representação, articulada com a questão do "sujeito". Aspectos como a noção de "autoridade", de leitura e de escrita são, numa revisão da teoria barthesiana (revista, por seu turno, por Cixous, ou Irigaray), articuladas com a noção de "categoria teórica de sujeito" na crítica académica feminista (Margaret Ferguson, "Postponing Politics", p. 43). A segunda secção insiste na questão

da sexualidade: o ensaio de Schor, "Dreaming Dissymmetry: Barthes, Foucault and Sexual Difference" (pp. 47-58) lê, na construção do binómio indiferença sexual/diferença pura, proposta por Foucault e Barthes, uma prova de falocentrismo, enquanto o ensaio seguinte ("Is there a Lesbian in this Text?: Derrida, Wittig, and the Politics of the Three Women", de Heather Findlay [pp. 59-69]) é uma análise provocatória da noção de categorias sexuais e da retórica desconstrucionista. Partindo dos conceitos de homossexualidade e heterossexualidade (e considerando que grande parte da retórica da desconstrução requer a heterossexualidade feminina, negando um espaço à prática homossexual), Findlay esforça-se por delinear uma teoria especificamente lesbica como forma primeira de desmantelamento do regime hegemónico heterossexual. A terceira secção perspectiva, historicamente, o feminismo. O ensaio de Joan Scott "Gender: A Useful Category of Historical Analysis" (pp. 81-101) discute as diferentes apropriações do termo "gender" (antes somente utilizado como categoria gramatical) na actual crítica feminista.<sup>(2)</sup> Estabelecendo-o como uma categoria de análise (juntamente com "classe" e "raça"), os estudos feministas pretenderam não só salientar o carácter precário e relativo das definições normativas de femininidade, mas também pôr em causa o determinismo biológico e assim chamar a atenção para a organização social que impera entre os sexos. Acerca do ensaio de Scott, e no comentário que fecha este capítulo, Denise Riley aponta um duplo propósito na ligação que Scott propõe entre classe, raça e identidade sexual ("gender"): porque as relações sociais se apoiam também na diferença sexual, essa diferença é um elemento crucial para a conceptualização de estruturas de poder (p. 137). Assim se trabalham as relações entre o poder e a sexualidade (do corpo físico e do corpo da linguagem): "(...) vivemos no mundo que sexualiza os discursos e politiza a sexualidade" (p. 102), escreve Smith-Rosenberg, em "The Body Politic" (pp. 101-121), uma excelente análise histórica da linguagem de diferentes gerações

(2) Publicado inicialmente na *American Historical Review*, 91, 5 (December, 1986).

A utilidade dessa apropriação começa, aliás, a ser posta em causa. Veja-se a observação de Weed citada acima: "(...) e no que diz respeito à (...), essa questão conduz ao problema da sexualidade". A tradução (errónea) para o português "género" acarreta uma dupla falácia linguística, ao enviar para a tipologia gramatical e para a taxonomia literária. Por isso proponho que se traduza "gender" por "diferença sexual" ou "identidade sexual", ou mesmo, em certos casos, simplesmente "sexo".

de mulheres americanas politicamente resistentes, desde a Guerra Civil até aos anos 20. A quarta secção (a que mais verdadeiramente se insere nos chamados "estudos interculturais") aborda as relações históricas entre o feminismo ocidental e o feminismo não ocidental, mostrando (sobretudo o ensaio de Rey Chow "Its you, and not me": Domination and 'Othering' in Theorizing the Third World" [pp. 152-161]) de que forma as construções teóricas do feminismo ocidental funcionam amiúde como parte de um discurso de dominação; a prova está na própria formulação teórica, na "estrutura assimétrica entre o 'Ocidente', enquanto sujeito dominador, e o 'não-Occidente' ou 'Terceiro Mundo' como o 'outro' oprimido" (p. 158). Os dois ensaios que preenchem esta secção denunciam, afinal, como diz Barbara Harlow, a comentadora, o "discurso de fronteiras" (p. 162), tal como ele tem vindo a ser praticado na academia norte-americana. A quinta e última secção explora, no primeiro ensaio e nos comentários subsequentes, as relações entre ciência, tecnologia e feminismo. Detendo-se na figura do cyborg "como estratégia retórica e como mensageiro do determinismo tecnológico" (Weed, p. xxiv), "A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology and Socialist Feminism in the 1980's", de Donna Haraway (pp. 173-204), articula a polémica presente no mito do monstro cyborgiano na ficção científica feminista; a resolução estaria nessa figura pertencente a um mundo sem identidade sexual, onde o estatuto de "mulher" ("female") não é sequer considerado (p. 179). No último ensaio, da autoria de Gayatri Spivak ("The Political Economy of Women as Seen by a Literary Critic" [pp. 218-229]), são exploradas as questões da descontinuidade, das fracturas linguísticas dentro de uma figura homogénea de Mulher; em lugar da tradicional diferença, o que existe é uma multiplicidade de diferenças, de linguagens—no plural.

De âmbito mais restrito do que a antologia anterior, *Seduction and Theory* é o resultado de uma compilação de textos apresentados num seminário, organizado pela Modern Language Association, em 1984. A antologia representa, como diz Dianne Hunter (a organizadora do volume) no capítulo introdutório, "um campo de conflito dentro do qual o termo 'sedução' concentra a actual controvérsia gerada em torno do estatuto da mulher—enquanto objecto de fetiche da contemplação masculina, por um lado, e, por outro lado, enquanto origem metafórica para a teoria e prática desconstrucionistas" (p. 1)

O próprio objecto de estudo aqui proposto —

a sedução — exige remontar ao princípio da história da psicanálise. Inicialmente estabelecendo as raízes da histeria feminina numa experiência real (vivida) de agressão à criança (onde sedução equivale a incesto), Freud irá, mais tarde, reformular a sua própria teoria ao atribuir as causas da histeria à fantasia infantil, ao desejo incestuoso. Esse segundo momento, responsável (na substituição da filha—histerica—peló filho) pela teorização do Complexo de Édipo, abria caminho à psicanálise moderna e à problematização das relações entre psicanalista e paciente: reprodução desse estágio primeiro de desejo, o encontro entre ambos implica sedução verbal, sedução por interpretação. Reportando-se, pois, necessariamente, à "teoria da sedução" de Freud, os ensaios constituem-se como estudos feministas das implicações do termo *sedução*, sobretudo quando esta é lida como sinal do domínio e poder patriarcais, marca do voyeurismo masculino, e como forma de subverter esse poder e o discurso que o enforma.

Dividida em quatro partes, a antologia consta de doze ensaios, diferentes em temática e ênfase crítica, e pretende dar conta do fenómeno da "sedução" em diferentes campos do saber—as artes visuais, a psicanálise, a crítica literária e a semiótica. A primeira secção ("The Politics of the Gaze: The Visible and the Invisible") explora a diferença sexual criada pela teoria modernista em torno das figuras paradigmáticas do dominador e da dominada: na dialéctica da sedução, é, tradicionalmente, o olhar masculino que, enquanto sujeito, objectiva e, assim, *representa*. Centrados na perspectiva do espectador nas artes visuais (pintura e cinema), os três ensaios discutem (e desconstróem) a contemplação ("gaze") falocéntrica, partindo do ponto de vista do (ou da) que assiste, posiciona-se ele (ou ela) perante uma tela (de pintura ou de cinema) — cf. "Marlene Dietrich: *The Blue Angel* and Female Performance", de Judith Maine (pp. 28-47) ou o ensaio de Charles Bernheimer "The Uncanny Lure of Marnet's *Olympia*" (pp. 13-28). A segunda secção ("Seduction at the Origins of Psychoanalysis"), orientada em torno da figura de Freud, examina a "teoria da sedução", demonstrando-a inserida num processo de "auto-sedução", e como representação patriarcal da sexualidade feminina. Dos três ensaios ressalvo o de Martha Noel Evans ("Hysteria and the Seduction Theory" [pp. 73-85]), onde se propõe que a deslocação da figura do pai (de sedutor real a sedutor imaginado) é acompanhada pela deslocação na própria figura do psicana-

lista, ele próprio, por seu turno, auto-seducendo-se e representando o papel de sedutor.

Se, na primeira teoria, a sedução funcionava como cobertura para a violação e para o incesto reais, na segunda teoria, o pai surge absolvido de culpa, já que a sedução opera ao nível da fantasia feminina. Daqui decorre que o complexo de Édipo (resultado não de uma deslocação, mas de uma substituição do sujeito do desejo), representa o medo da feminização pela sedução e, por inerência, da tripla perda do poder, da articulação linguística e do conhecimento. A terceira secção ("Seduction of the Reader") explora o fenómeno da sedução na crítica literária e a sua ligação com o discurso psicanalítico. Centrados no tema da sedução do leitor, os dois primeiros ensaios analisam, com Claire Kahane e Alicia Ostriker, respectivamente, a representação literária da voz que se faz ouvir em *Heart of Darkness* e *The Good Soldier* (a problemática permeia, de resto, todo o modernismo: "a linguagem feminina funcionando como uma agressão capaz de destruir o ouvinte", p. 150) e a poética erótica de Anne Sexton, na dissolução, pela sedução, da diferença sexual. Finalmente, o terceiro ensaio, de Gabrielle Schwab ("Seduced by Witches: Nathaniel Hawthorne's *The Scarlet Letter* in the Context of New England Witchcraft Fictions" [pp. 170-191]), analisa a efectivação da sedução do leitor através da polarização instituída pelo narrador e a protagonista do romance, debruçando-se ainda sobre o estereótipo da "bruxa". Desde os julgamentos de Salem, "encenações de um espectáculo erótico de sedução e castigo" (p. 173), até à redescoberta, na Nova Inglaterra do século passado, da bruxaria como tema gótico e romântico; de modelo cultural de sedução até construção ideológica de interpretação — a figura da bruxa evolui de natureza meramente pecaminosa albergando um estatuto ontológico (não obstante objecto masoquista e, portanto, sedutor) para natureza erótica, agora símbolo cultural, parte intrínseca do jogo estético de sedução. Desejável e ameaçadora, "exposta ao olhar da comunidade" (p. 180), Hesther Prynne, a protagonista de *The Scarlet Letter*, subverte o papel do narrador. Pautando-se primeiramente pelo princípio organizativo do olhar puritano, o texto acaba também, através de Hesther,

por subverter as normas que o seu narrador explicitamente professa (p. 189).

Finalmente, a quarta secção ("Lacan, Baudrillard, Irigaray: 'Masculine' and 'Feminine' in the Rhetoric of French Theory") detem-se na relação entre diferença sexual e sedução retórica nos trabalhos de Irigaray, Baudrillard, Gallop e Schneiderman. Dos três ensaios destaco o primeiro ("Confessing Lacan", de Susan Bernstein [pp. 195-213]), onde se pretende dar conta de como a retórica da sedução é necessariamente influenciada pela diferença sexual e de como esse aspecto transparece nas apropriações da teoria e prática lacanianas feitas por Jane Gallop (*Reading Lacan*, 1985) e Stuart Schneiderman (*Jacques Lacan: The Death of an Intellectual Hero*, 1983). Escreve Bernstein: "Enquanto as confissões de Schneiderman apropriam, através da identificação, o desejo de sedução paterna, a estratégia de Gallop problematiza a sedução pelo pai" (p. 209). Situando os discursos retóricos de Schneiderman e Gallop respectivamente no eixo vertical de substituição metafórica, descendência e autoridade e no eixo horizontal de desvio metonímico, correlação e deslocação, Bernstein conclui da concomitância de códigos culturais eminentemente patriarcais para a construção da sedução e da interpretação.

Neste tempo em que a categoria do "humano" parece finalmente incluir-nos a todos (não exceptuando raça ou etnia), a questão da identidade sexual permanece problemática. O próprio facto de a diferença sexual ser, entre todas as diferenças, aquela que mais teima ainda em radicar na biologia, o mesmo já não se aceitando quando as categorias em questão são a raça, a religião, a classe, ou a etnicidade (pense-se nos debates sobre os direitos da mulher, na questão, por exemplo, da legalização do aborto, com o conseqüente envio para o direito do uso do corpo), faz dela um pólo sempre resistente, sempre desloçado. Uma vez mais, cito Weed: "O desafio do feminismo é agora o de manter as 'mulheres' num tom citacional, o de resistir às tentações sedutoras das identidades e da política do 'pessoal'" (p. xxi). Só assim o feminismo continuará a ocupar a sua posição de desafio: enquanto o processo for o de "coming to terms, but never arriving" (id.). ■

Ana Luísa Amaral

## Telenovela: cenas dos últimos capítulos

Ismael Fernandes, *Memória da telenovela brasileira*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Michèle e Armand Mattelart, *O Carnaval das imagens: a ficção na TV*, tradução de S. Calazans, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

Renato Ortiz, Silvia Helena Simões Borelli e José Mário Ortiz Ramos, *Telenovela: história e produção*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

Não obstante o impressionante peso económico da telenovela brasileira (nas palavras do director de programação brasileiro Zevi Ghivelder, "o produto mais rentável da história da televisão mundial" — Ortiz *et al.*, p.112); não obstante as interessantes implicações políticas decorrentes da sua fácil penetração nos mercados internacionais; e não obstante, sobretudo, o considerável impacto social que tem conhecido por toda a parte, a verdade é que ela não recebeu ainda, e pelo menos em termos estritamente quantitativos, a atenção que um fenómeno da sua envergadura e significado parece, plenamente, justificar. Porém, com a publicação nos últimos anos pela Editora Brasiliense, de São Paulo, dos três títulos acima referidos, passámos finalmente a dispor, em língua portuguesa, de um valioso conjunto de instrumentos para a compreensão e análise do fenómeno em toda a sua complexidade.

É, evidentemente, obrigatório reconhecer a relativa importância de alguns trabalhos anteriores, alguns deles em língua inglesa — como o artigo de Joseph D. Straubhaar "The Development of the Telenovela as the Pre-eminent Form of Popular Culture in Brazil", ou os argutos ensaios de Timothy Green e Azriel Bibliowicz sobre a telenovela sul-americana —, outros publicados no Brasil, dos quais se salientam a breve monografia introdutória de Samira Youssef Campedelli *A Telenovela* e o estudo de caso *A Novela das oito*, da autoria de Ondina F. Leal. No entanto, é inegável que as obras referidas em epígrafe assumem um relevo singular dentro da literatura especializada do género, seja pela relativa amplitude do âmbito (traduzida já na própria extensão), seja pela qualidade intrínseca individual. Acrescente-se, além

disso, que são diversas mas enriquecedoramente *complementares* as ênfases propostas pelos autores das três obras em questão, facto que faz delas como que um inestimável núcleo bibliográfico de apoio ao estudo desta popular forma de narração televisiva.

O livro de Ismael Fernandes, o primeiro dos três por ordem cronológica e também o de maior fôlego sintagmático, é antes de tudo uma utilíssima obra de referência. Do seu propósito dá mostras, desde logo, a própria organização do volume, em que com eficaz e despretensiosa simplicidade se sucedem quatro segmentos de carácter vincadamente prático: uma periodização da telenovela brasileira, acompanhada da enumeração completa dos títulos de cada período e ainda, para cada título individual, da respectiva sinopse e de informação respeitante ao elenco, ano e horário de exibição, etc.; uma lista de autores, com um breve perfil biográfico e filmografia; um índice alfabético de títulos de telenovelas; e por fim, um longo índice onomástico de actores.

Trata-se, em suma, de uma efectiva *memória da telenovela brasileira*, como promete o título —, companhia imprescindível não só para as duas restantes como para qualquer estudo centrado nesta área. Mas não se julgue, por isso, que estamos perante uma mera lista fastidiosa de nomes e datas. Com efeito, ainda sobra espaço para as pequenas curiosidades e para o facto anedótico relevante, de que são boa ilustração o furor inédito causado aquando do termo da passagem da série *O Direito de nascer* (1965), ou a deliciosa história da estreia de Janete Clair no mundo telenovelesco. Chamada de emergência a salvar o fracasso em que se havia tornado a exibição de *Anastácia, a mulher sem destino* (1967), J. Clair engendrou um furacão que de uma rajada varreu de cena — e da folha de pagamentos da produção — um grande número de personagens (incluindo, ironicamente, a única que guardava consigo o "grande segredo" da praxe...).

Podé dizer-se que a virtude maior do livro de Renato Ortiz, Silvia Borelli e J. M. Ortiz Ramos reside igualmente no seu pendor informativo, dada a quantidade e a especificidade dos aspectos tratados. Este trabalho colectivo estrutura-se basicamente segundo duas partes que cumprem também aqui, e com abundante pormenor, o plano proposto pelo título — *história e produção* da telenovela —, havendo ainda um terceiro capítulo composto por quadros de audiências e por

uma bibliografia seleccionada. Refira-se a propósito que a obra não é isenta de defeitos, como atesta o descuido do texto no que toca, por exemplo, à grafia de títulos estrangeiros (uma boa dúzia de gralhas, só na mencionada secção de bibliografia). A um outro nível, podem apontar-se algumas lacunas, das quais os autores nem sempre parecem dar-se conta.

Não está neste caso a ausência de uma abordagem da complexa questão da recepção — "uma atenção particular (...) à forma como a telenovela é consumida, reinterpretada, pelos diferentes segmentos sociais" (p.7) —, que na sua curta 'Introdução' eles lamentam não ter podido empreender. É efectivamente uma insuficiência de lamentar, dados os estimulantes contributos trazidos a esta problemática pela crítica mais recente. Já quanto à história e quanto à caracterização da telenovela enquanto género (o seu "formato"), poder-se-ia esperar uma perspectiva mais completa dos aspectos tratados, concretamente no que diz respeito ao papel do cinema na transição do folhetim literário do século XIX para a narrativa radiofónica (uma evolução lapidária e traçada, por exemplo, nesse estudo fundamental que é *The Serials*, de Raymond Stedman, e no que concerne aos pontos de afinidade e de divergência entre, por um lado a matriz da "soap opera" americana, e por outro a telenovela latino-americana e em particular a brasileira.

Mas as limitações aqui denunciadas não chegam, de modo algum, a comprometer um trabalho que, procurando ser sistemático sem deixar de ser acessível, se reveste de um forte potencial didáctico, apresentando-se sem dúvida como a obra que faltava para quantos nutrem pelas questões versadas um interesse que ultrapasse o nível do trivial. E assim, por entre uma reconstituição genealógica que remonta aos gloriosos dias da rádio e percorre alguns dos marcos mais significativos da era televisiva (desde 2-5499 *Ocupado até Roque Santeiro*, passando pelos quase míticos *O Direito de nascer* e *Beto Rockfeller*), aprendemos quais as ligações, na origem, entre a telenovela e o capital multinacional — representado, neste contexto, por empresas patrocinadoras como a Colgate-Palmolive e a Gessy-Lever ou pelo império Time-Life, que deu à TV-Globo um impulso decisivo no seu esforço de afirmação —; acompanhamos, precisamente, a luta pela supremacia dos "céus" brasileiros travada entre as principais estações de televisão do país a partir dos anos 60 e até à hegemonia do grupo de Roberto Marinho; e

vemos finalmente, nos anos 70-80, a consagração da telenovela como o culminar de um processo de modernização cujas apostas essenciais consistiram na ocupação dos horários nocturnos, na optimização dos tempos narrativos (número de episódios por série, duração de cada episódio), e muito principalmente na obtenção de um padrão técnico e estético de qualidade internacional.

Igualmente rico de informação e de penetrantes sugestões é todo o capítulo dedicado aos meandros da produção. Aí se analisam problemas da fabricação propriamente dita, como a taylorização e a emergência de contradições e conflitos entre os agentes produtores, e se esmiuça amplamente a vertente económica, com especial relevo para os complicados mecanismos da publicidade e do chamado "merchandising" (isto é, da mais ou menos discreta inclusão de mensagens comerciais adentro do próprio universo diegético). Pelo meio afloram, necessariamente, algumas questões de alcance mais lato do que o que os autores têm primordialmente em mira, mas cujos contornos nem por isso estes deixam de explorar. É o caso da tensão (aleadamente inescapável) inerente a um produto fruto da criatividade de pessoas — argumentistas, realizadores, actores — imbuídas de inegáveis preocupações artísticas; como é também o caso da atenção que a dado momento foi preciso prestar à realidade social envolvente e do consequente "abrasileiramento" da telenovela com vista a uma mais satisfatória compaginação com a cultura do país. Com efeito, não é difícil entrever nestes dois exemplos outros tantos pomos de candente debate e reflexão teórica, como sejam, respectivamente, a problemática da abertura utópica dos textos da cultura de massas, e a problemática do papel do particular e do local no processo de descodificação e de circulação internacional a que aqueles textos estão, normalmente, destinados.

Embora partilhando alguns objectivos com as duas obras atrás discutidas, *O Carnaval das imagens: a ficção na TV* (originariamente editado em Paris: La Documentation Française, 1987) inscreve a sua análise num campo que largamente transcende não apenas a esfera da telenovela como também a que é definida pelo próprio subtítulo. De facto, se a primeira e a segunda partes do estudo de Michèle e Armand Mattelart — "A Arqueologia de um género" e "O Vínculo social", respectivamente — se debruçam essencialmente sobre as condições específicas de desenvolvimento da telenovela no contexto brasileiro, sobre as diversas face-

tas da fase da produção e sobre os tipos de relações que se estabelecem entre aquele gênero e o público que preferencialmente o consome, já a terceira e última parte, intitulada "Desestatizar o pensamento", consiste num alargamento progressivo dos tópicos tratados, terminando o seu trabalho por perder gradualmente de vista a matéria que lhe serve de ponto de partida e por se deslocar definitivamente, como bem observa Nicholas Garnham, para os vastos domínios dos estudos sobre os meios de comunicação e dos "cultural studies".

"Este livro tem duplo objetivo: primeiro, analisar a formação do dispositivo televisivo comercial brasileiro e a de um gênero — a novela. Em seguida, estabelecer algumas referências teóricas a fim de melhor contornar os riscos atuais de um reflexão crítica sobre as transformações que afetam hoje em dia a televisão" (Mattelart, p.9). A enunciação do propósito global é clara: a telenovela surge aqui como pouco mais que um pretexto, subordinada à intenção de proceder a uma avaliação dos desenvolvimentos mais recentes (as cenas dos últimos capítulos...) verificados no dispositivo televisivo no plano transnacional. De qualquer modo, é patente uma certa falta de articulação tanto estrutural como conceptual, pelo que tem alguma razão Garnham quando critica o divórcio, nesta obra, entre as tentativas de concretização dos dois objectivos propostos (aventando a esse respeito, e com igual pertinência, a vantagem de os autores terem optado pela inclusão de um estudo de caso).

Todavia, e a despeito destas objecções de carácter genérico, M. e A. Mattelart têm para oferecer algumas intuições e hipóteses de trabalho bastante fecundas. Veja-se por exemplo a seguinte formulação, síntese sugestiva de todo um programa de investigação aprofundado: "A série de ficção [deve] ser considerada como a interface das estratégias do capital nas indústrias culturais e da memória coletiva das formas da narrativa. Está na encruzilhada das lógicas económicas e do que poderíamos chamar de lógicas simbólicas". Assaz produtiva é também a interpretação que sugerem para as próprias causas do imparável florescimento da televisão (e, poderá inferir-se, da telenovela por maioria de razões) no contexto brasileiro. Segundo tal interpretação, de resto tomada de empréstimo à socióloga da literatura Flora Susskind, o Estado autoritário dos anos da ditadura — período que foi também de adaptação à sociedade de consumo — terá usado de uma certa "flexibilidade institucional"

para promover a formação consensual do seu poder hegemónico. Daí o recurso a políticas diferenciadas para a TV e para os restantes meios de comunicação de massa: canalizando para aquela e para a então emergente "estética do espectáculo [televisivo]" as classes média e popular, e permitindo-se, por isso mesmo, tolerar que os *media* de menor penetração, tradicionalmente associados à esquerda intelectual, repartissem entre si a magra fatia de público restante.

Este tipo de leitura mostra que, não sendo inteiramente negativa a percepção que M. e A. Mattelart têm dos dispositivos comunicacionais no interior daquilo que apelidam de contextos inigualitários, são, no entanto, por demais evidentes as reservas de ambos quanto ao potencial emancipador da cultura de massas e quanto aos "interstícios de liberdade abertos pelo mercado" (p.146). A prová-lo, está o modo como denunciam a ilusão — de cariz neo-liberal, a seu ver — do acesso aos produtos culturais com maior capacidade de oferta ("Pois a liberdade não [deve] resumir-se à liberdade de leitura dos produtos dos outros. Não deveria também ser compreendida como a liberdade de ler os produtos das culturas não-hegemónicas existentes no mercado, muitas vezes a começar da sua própria?" — pp.182-83), assim como a relativa desconfiança com que encaram a recente entrada, na cena internacional, de produtos de TV provenientes de países até há pouco tempo exclusivamente dependentes: "Com o desdobraimento para uma economia-mundo e uma comunicação-mundo, entramos numa fase na qual não é tanto o importar-exportar que define a integração em relação a um conjunto de valores, imagens e símbolos, mas a 'indignação' das normas e das matrizes de produção. Estas, por sua vez, correspondem à lógica de bom desempenho representada pelo modelo de desenvolvimento e de crescimento transnacional" — cujo "padrão de excelência", acrescentam, continua a ser fixado pelos Estados Unidos... (p.186).

Perante este quadro, que fazer? Embora sensíveis às modalidades de refutação do poder pelos grupos que o não detêm e às possibilidades da luta política, os autores evidenciam simultaneamente uma hipersensibilidade no que toca aos mecanismos multifórmes e omnipresentes pelos quais esse mesmo poder se afirma. Daí resulta, para a presente obra, alguma ambivalência e indefinição da sua parte, um certo bloqueamento de opções que por sua vez se traduz numa argumentação algo dispersa e

num tom inconclusivo. Mas se, como sustentam Michèle e Armand Mattelart, já vivemos hoje num sistema de *comunicação-mundo*; se não há como fugir ao jogo de interdependências e à interacção no seio da nova ordem mediática, então só se pode avançar em frente — o que equivale a dizer, pensando concretamente no caso português, que a resposta à pergunta acima formulada passará obrigatoriamente e sempre por um consumo incansavelmente crítico e por uma produção autónoma que saiba apropriar-se criativamente dos modelos dominantes.

Os próprios autores insinuam a necessidade de uma alternativa deste tipo quando preconizam para a singularidade da situação brasileira — e aqui regressamos, para concluir, ao tema da telenovela — instrumentos de abordagem inconformes com os modelos teóricos tradicionais:

Se os problemas levantados pelos autores e intelectuais brasileiros encontram um eco particularmente múltiplo, não é porque o Brasil reúne em idêntico espaço e momento — e é isso que o torna ao mesmo tempo tão rico e desconcertante — aspectos da pré-modernidade, da modernidade e da pós-modernidade, porque agrega elementos do pré-capitalismo, do capitalismo industrial e do capitalismo pós-industrial? As desnorteantes complicitades entre a estética do espectáculo, as lógicas de um mercado em via de internacionalização e o projecto de um Estado autoritário desafiam os dispositivos teóricos tradicionais. (p.145).

A curiosidade deste passo reside, por um lado, na circunstância de implicitamente ele definir com precisão um posicionamento semi-periférico, e por outro lado (salvaguardadas distâncias como as que vão da TV-Globo à RTP, obviamente...) nas gritantes semelhanças que a referida singularidade brasileira apresenta com o panorama português. E se pensarmos por um momento no acréscimo de complexificação a que o dispositivo televisivo está sujeito no nosso país — já pelo estádio mais "típico" de desenvolvimento intermédio que o caracteriza, já pelas múltiplas contradições verificadas ao nível das estratégias público/privado, já pela diversificação da nossa dependência em relação aos produtos estrangeiros, ou ainda pelo contágio das grandes transformações tecnológicas, estruturais e legislativas actualmente em curso sobretudo nos países da Europa Ocidental —, talvez descobramos com alguma dose de surpresa que o caso de Portugal não fica atrás do do Brasil quanto aos interessantes desafios com que actualmente

se deparam os estudos referentes a este meio de comunicação de massa. ■

## Referências Bibliográficas

Bibliowicz, Azriel (1980), "Be Happy Because Your Father Isn't Your Father: An Analysis of Colombian Telenovelas". *Journal of Popular Culture*, 14:3.

Campedelli, Samira Youssef (1985), *A Telenovela*, São Paulo: Ática.

Fernandes, Ismael (1987), *Memória da telenovela brasileira*, São Paulo: Editora Brasiliense.

Garnham, Nicholas (1988), recensão de M. e A. Mattelart, *O Carnaval das imagens. Media, Culture and Society*, 10:4.

Green, Timothy (1972), "Latin America Telenovela Land", in *The Universal Eye*, New York: Stein and Day.

Leal, Ondina F. (1985), *A Novela das oito*, Petrópolis: Vozes.

Mattelart, Michèle e Armand (1989), *O Carnaval das imagens: a ficção na TV*, tradução de S. Calazans, São Paulo: Editora Brasiliense.

Ortiz, Renato, Sílvia Helena Simões Borelli, e José Mário Ortiz Ramos (1989), *Telenovela: história e produção*, São Paulo: Editora Brasiliense.

Stedman, Raymond (1971), *The Serials: Suspense and Drama by Installment*, Norman: University of Oklahoma Press.

Straubhaar, Joseph D. (1982), "The Development of the Telenovela as the Pre-eminent Form of Popular Culture in Brazil". *Studies in Latin American Popular Culture*, 1.

## Pequenos Sinais e Grandes Causas: a Propósito de Stephen Jay Gould

170

A literatura de divulgação científica é hoje um mercado próspero e em constante desenvolvimento. Muitas são as montras onde o público leigo vem demandar maravilhas impossíveis e respectivas explicações. Alvo de desprezo por parte de alguns cientistas, a divulgação não tem sido enfeitada por nenhum ramo das ciências ditas naturais, que, deste modo, se preocupam em publicitar as suas metodologias, imagens, objectivos e impasses. Uma opinião pública informada e sensibilizada para determinadas questões poderá revelar-se importante aliado na escolha de projectos a financiar ou em situações de conflito e polémica.

A Biologia não tem sido alheia a esse movimento. E, aliando o fascínio dos amplos espaços vivos com a proximidade ao grande público, o sucesso pareceria, à partida, garantido. No entanto, uma potencial vantagem (a proximidade) é, paradoxalmente, também o maior obstáculo ao estabelecimento definitivo da Biologia no campo da divulgação. Compreende-se. Coisas próximas tendem a incomodar, por mais fascinantes que possam ser. Questões como a manipulação genética abrem as portas de admiráveis mundos novos. Disciplinas como a sociobiologia escarpelizam comportamentos e ancestralidades animais, que uma espécie embebida de cultura não está pronta a aceitar sem repulsa. Mas o desenvolvimento não tem sido desprovido de interesse.

Ultrapassado um período em que a curiosidade se satisfazia, exclusivamente, na descrição pictórica de seres vivos nos seus "habitats" naturais, assiste-se hoje a uma profunda reformulação de interesses e prioridades. Tal estado de coisas resulta, fundamentalmente, do desenvolvimento acelerado da Bioquímica, em geral, e da Genética, em particular, bem como das preocupações ecológicas que marcam este final de século. Abre-se hoje à Biologia a possibilidade de adquirir, ou de tentar adquirir, uma maturidade política e filosófica que pareceria, há algum tempo, propriedade exclusiva da Física relativista e da Mecânica Quântica.

Este período de afirmação tem sido marcado por algumas certezas e bastante insegurança. Com factos e leis universalmente respeitados, a Biologia revela ainda muitas áreas obscuras, sujeitas a diversas interpretações,

onde por vezes se torna fácil a manipulação, a introdução subreptícia de verdades indefensáveis ou a especulação gratuita. O recrudescimento das explicações "científicas" justificativas das mais diversas crenças apenas tende a agravar o problema.

Fala-se de Biologia. Mas o que está em jogo é a sua face mais interessante, omnipresente e inevitavelmente polémica — a Evolução.

Stephen Jay Gould lecciona Evolução, Paleontologia, Geologia e História da Ciência na Universidade de Harvard. Os seus trabalhos de investigação no campo da Biologia evolutiva garantiram-lhe há muito reconhecimento profissional. No entanto a sua consagração pública foi resultado de crónicas regulares na revista *Natural History*, crónicas posteriormente reunidas em colectâneas. De dois desses volumes, *The Panda's Thumb* e *The Flamingo's Smile*, se falará aqui.

Gould é, sem dúvida, um dos mais importantes e competentes divulgadores no campo evolutivo, e o seu pensamento já constitui referência obrigatória para todos quantos se interessam por essa área fascinante. Várias razões explicam esta importância: uma sabedoria didáctica e clara, o ataque impiedoso a mitos instituídos, a preocupação com a dimensão humana da ciência e, sobretudo, a produção de crónicas que parecem espelhar a essência (perdida) da Biologia. Crónicas de uma interdisciplinaridade plena, colhendo referências dos mais variados, e inesperados, meios. Crónicas, mais do que biológicas, de verdadeira História Natural.

Não é fácil falar de Evolução. Apesar de existir um enquadramento teórico quase unanimemente reconhecido e que é, de longe, o que melhor se adapta aos dados disponíveis (a teoria da evolução por selecção natural, conhecida abreviadamente por darwinismo), continuam por resolver problemas já conhecidos: a quase impossibilidade de experiências práticas quando se trabalha em escalas de milhões de anos, a falta de registos fósseis (cuja formação, acrescente-se, é difícil, só acontecendo em situações muito peculiares), a multiplicidade de subteorias e casos particulares. Sem exagero se pode afirmar que cada disciplina envolvida em estudos evolutivos, cada cientista, terá uma noção muito particular de como as coisas se pass(aram).

Se algo parece certo para um observador externo é que será muito complicado elaborar uma teoria global de evolução. Diferen-

tes conjuntos de ideias deverão ser utilizados em diferentes alturas, cada caso com a sua história e especificidade própria. Esta falta de uma teoria global e "pura" que tudo explique tem sido fonte de acesa polémica e não poucas incompreensões. Incompreensões apenas agravadas pelo facto de o darwinismo vulgarizado ao nível dos currículos escolares (e que corresponde a uma reavaliação moderna do pensamento de Charles Darwin, denominada neodarwinismo) ser demasiado estanque, simplista e redutor, não tendo revelado capacidade para assimilar todo um manancial de informação nova produzida nos últimos anos.

As inevitáveis contradições no campo evolutivo têm servido a diversas escolas do chamado "criacionismo científico" (empenhadas em justificar cientificamente dogmas bíblicos anti-evolucionistas) nas suas tentativas de imposição como alternativa.

Gould toma parte activa neste tipo de debates, demonstrando, por exemplo, que as novas teorias criacionistas pouco têm de científico. Mas a sua contribuição mais valiosa não é feita a esse nível. É que Gould se preocupa, de facto, em trazer até ao leitor novas possibilidades e descobertas no campo evolutivo, em demonstrar serena e positivamente a presença inelutável de evolução. Tudo isto, repita-se, com uma capacidade didáctica invulgar.

Ficamos, pois, a saber que a evolução pode não ser necessariamente contínua, com alterações a serem acumuladas linear e lentamente, segundo o princípio, já pouco sagrado, do gradualismo (Gould, 1982: 179 s.). Podem existir saltos. Por outras palavras: não é necessário que todos os estágios intermédios entre extremos sejam preenchidos. Algumas formas (e mesmo "opções" evolutivas) podem ser favorecidas descontinuamente pelo simples facto de serem as únicas possíveis e estáveis (Gould, 1982: 35 s.), o que faz de certo modo lembrar os estados energéticos descontínuos previstos pela Mecânica Quântica. Não é igualmente necessário que cada característica evolua por si. Muitas características encontram-se associadas e evoluem em conjunto, umas modificações acarretando automaticamente outras. Como exemplo, temos o sofisticado polegar do panda (na realidade um osso do pulso hipertrofiado), onde todas as transformações requeridas (ao nível ósseo e muscular, nomeadamente) poderão ter resultado de uma única alteração genética (Gould, 1982: 35 s.).

A este tipo de novas descobertas aliam-se outras de âmbito mais paleontológico. Como

o facto de se saber hoje que a vida na Terra começou mais cedo do que anteriormente se pensara, e se desenvolveu mais depressa (Gould, 1982: 217 s.). Bem como a certeza da regularidade de grandes extinções ao longo do tempo geológico (a mais famosa das quais, embora não a maior, envolveu os dinossauros [Gould, 1986: 230 s.; 417 s.]); extinções que são visualizadas como potenciais aceleradores do processo evolutivo, estimulando as espécies sobreviventes a diversificarem-se para ocupar os nichos deixados vagos (Gould, 1986: 438 s.). Tudo isto ajuda a dar resposta a um dos problemas mais publicitados pelos arautos do criacionismo: o neodarwinismo gradualista vulgarizado teria necessitado de muito mais tempo para produzir toda a diversidade do mundo vivo.

Gould é extremamente arguto a demonstrar a ocorrência concreta de processos evolutivos. Não faz sentido justificar a evolução com as suas "obras" mais perfeitas e cristalinas, uma vez que tais "obras" poderiam resultar igualmente de uma criação directa, ser fruto de intervenção divina. A evolução demonstra-se com o "bricolage" tosco, com o adaptar de estruturas pre-existentes a novas funções (o polegar do panda, o labelo das orquídeas). Por outras palavras: a evolução fabrica engenhocas de fim de semana com o material que tem disponível e que lhe vai sendo legado. As suas soluções são eficazes, mas não necessariamente elegantes: não são as de um engenheiro perfeccionista que partisse sempre do zero, não são as de um deus (Gould, 1982: 19 s.; 27 s.). Do mesmo modo, só um processo evolutivo consegue explicar a existência generalizada de órgãos vestigiais. Tais órgãos, que basicamente não servem para nada, são reflexo óbvio de ancestralidade, de atrofiamento por falta de uso, e nunca teriam sido tolerados na lógica de um criacionista. Por exemplo: o apêndice de mamíferos omnívoros e carnívoros (que hoje só nos "serve" para ter apêndice) é aquilo que resta de um longo tubo intestinal, muito útil na digestão de fibras vegetais; é sinal de um antepassado comum, herbívoro, de todos os mamíferos modernos. Diga-se de passagem que Gould não está, com este tipo de argumentos, a ser particularmente original. É confessa-o. Naquela que se terá de considerar uma das melhores homenagens ao génio e à visão de Charles Darwin.

Mas Gould não se preocupa apenas com questões relacionadas directamente com a evolução. Pelos seus artigos passam igualmente alguns dos debates mais interes-

santes actualmente em curso no campo biológico. Muitos exemplos poderiam ser citados. O problema da individualidade (até que ponto gémeos siameses são duas pessoas [Gould, 1986: 64 s.]); desde quando é que é lícito considerar uma colónia de células como organismo multicelular (Gould, 1986: 78 s.); a existência de vida extraterrestre (Gould, 1986: 403 s.); a modelação da forma pela função (Gould, 1986: 23 s.); a extinção dos dinossauros (Gould, 1986: 417 s.) e as aves como seus descendentes directos (Gould, 1982: 267 s.). Além de bastante claras, mesmo quando duvidosas (como convém a um bom cientista), as posições de Gould são por vezes originais, estimulando boa ginástica mental e o desejo de saber mais. Sobretudo quando se desmistificam alguns mitos populares entre os amantes de histórias naturais. A título de exemplo, podemos citar o caso das aranhas denominadas viúvas negras (embora a tese da inferioridade dos marsupiais em relação aos placentários [Gould, 1982: 289 s.] e a da pseudo-estupidez dos dinossauros [Gould, 1982: 259 s.] sejam igualmente reveladoras). Ficamos, pois, a saber que a morte dos machos de viúva negra (e de louva-a-deus, já agora) após a cópula não faz parte do ritual respectivo, como muitas vezes se admite, e não é, sequer, acontecimento vulgar (Gould, 1986: 40 s.).

A ciência é feita por homens. Homens que estão inseridos em sociedades. Homens cujas obras são reflexo dos seus próprios desejos e preconceitos. E eis-nos chegados ao aspecto mais interessante da obra de Gould, a preocupação de dimensionar a ciência em função dos que a praticam.

Gould é, neste aspecto, particularmente generoso em relação aos génios desconhecidos que periodicamente ressuscita. Parece ter um gosto solidário em mostrar que as teorias mais absurdas (pelo menos, do nosso ponto de vista) eram, de facto, perfeitamente lógicas e plausíveis no espaço/tempo em que foram originalmente formuladas. Lord Kelvin errou estrondosamente ao calcular a idade da Terra pelo seu arrefecimento, simplesmente por desconhecer a existência de uma fonte renovável de calor no interior do globo (sob a forma de material radioactivo [Gould, 1986: 126 s.]). Se os estranhíssimos (e inexistentes) seres *Bathybius* e *Eozoon* foram cegamente aceites, quase sem provas concretas, por Haeckel e seus pares, tal deveu-se ao facto de eles serem excelentes candidatos a "elos perdidos" na cadeia evolutiva, elos cuja necessidade absoluta se defendia na altura (Gould, 1982: 236 s.). E se

a fraude de Piltdown (de que foi parte activa Teilhard de Chardin) não sofreu contestação na altura, foi igualmente porque a falsificação (crânios humanos com mandíbulas simiescas) correspondia perfeitamente às ideias vigentes: o primeiro homem deveria ter o cérebro desenvolvido (então a característica fundamental de humanidade) num corpo simiesco (hoje sabemos que o desenvolvimento cerebral foi *posterior*, nomeadamente, à posição erecta [Gould, 1982: 108 s., 125 s.]).

Bom, mas se os exemplos anteriores parecem bastante razoáveis, outros há que roçam os limites da credibilidade e são, muito francamente, algo ridículos. No entanto, todos sabemos que os grandes cientistas, Darwin incluído, defenderam em determinadas fases das suas carreiras teorias (hoje) absolutamente estrambólicas. Por isso é tão meritório o esforço de Gould, ao colocar-nos face a face com a incómoda sensação de que o mesmo ridículo poderá um dia ser nosso. Note-se, no entanto, um facto extremamente revelador: se Gould aparece de certo modo como o campeão dos incompreendidos, não será por ele próprio ser (com Nils Eldredge) autor de uma teoria evolutiva, bastante lógica por sinal, o "equilíbrio pontuado", ainda mal aceite por alguns "tubarões" do darwinismo contemporâneo?

Mas se Gould patenteia alguma simpatia para com os "velhos loucos" de outras eras, toda essa simpatia se desvanece quando entramos nos domínios da discriminação. Obviamente, trata-se aqui da época vitoriana e do virar do século. Compreendendo sociologicamente as vicissitudes dos tempos (conservadores, moralistas, colonialistas), Gould não perdoa toda a manipulação e distorção de dados de que alguns "cientistas" foram capazes para "provar" a superioridade da sua própria raça e sexo, para construir a grande pirâmide, em cujos vértices se constituíam. Num caso, as características dos gorilas foram "melhoradas" e as dos negros concomitantemente apoucadas, de modo a conseguir-se uma linha perfeita (Gould, 1986: 281 s.). Noutra, as mulheres foram consideradas inferiores aos homens por terem os cérebros mais pequenos (são, na verdade, exactamente do mesmo tamanho, caso se atente aos respectivos factores de correcção para o peso e a altura [Gould, 1982: 152 s.]). E, já agora: sabiam que a doença genética denominada trissomia 21 ou síndrome de Down é também conhecida por mongolismo porque se pensava que doenças deste tipo produziam elos "inferiores" (em relação aos pais) da "grande

cadeira"? Isto é, que devido a esta doença os brancos dariam à luz amarelos, os amarelos dariam à luz negros e os negros, presumivelmente, dariam à luz gorilas (Gould, 1982: 160 s.)? Malabarismos e contorções espan-tosas para se chegar na prática onde já se "chegara" em teoria. Enfim, máculas profundas que Gould procura exorcizar. E, como ele próprio afirma, tanto por questões científicas como por questões morais. É que a igualdade humana, mais do que um direito, é um facto indelmentável (Gould, 1986: 185 s.). Não há, não pode haver, lugar para paternalismos.

Note-se, a propósito, que esta não é uma questão meramente académica. Para lá do racismo e da intolerância crescentes hoje mesmo no nosso mundo, teorias de planeamento familiar estão a ser aplicadas em Singapura (e pensadas para outros pontos do sudeste asiático), com base na ideia de que os filhos dos ricos são "melhores" do que os dos pobres porque, pasmem-se, "herdam" a "inteligência" dos pais. Está pois na calha uma política de discriminação social grosseira que se apoia em ideias ultrapassadas (ou não?) há muitos anos (Gould, 1986: 319 s.). Gould alerta: o conhecimento não nos pode tornar comodistas. E, se estamos inseridos numa sociedade, deveremos sempre procurar ver um pouco para além dela.

Enfim, problemas de um mundo que se aproxima a passos largos da possibilidade de ser admirável e novo.

Por outro lado, e Gould não deixa de o sublinhar, há também aspectos menos tenebrosos, mas igualmente reveladores, no aproveitamento actual da investigação biológica. Por exemplo, a curiosidade de Alfred Kinsey ter usado, nos seus famosos estudos sobre a sexualidade norte-americana, exactamente

a mesma lógica que empregara enquanto taxonomista especializado em vespas (Gould, 1986: 155 s.). De o rato Mickey ter crescido, rejuvenescendo (ficando mais gordo, olhos maiores, focinho mais estreito), por questões de "marketing", ou seja: pelas mesmas razões que nos levam a responder afectivamente a tudo quanto é rechonchudinho e pequenino, uma adaptação evolutiva que protege os novos (Gould, 1982: 95 s.). Ou o pasmo de se saber que Darwin, afinal, não se converteu ao evolucionismo lento e seguramente durante a viagem do *Beagle*, tal apenas sucedeu meses após o regresso (Gould, 1986: 347 s.). Ou, por último, que todo o trabalho (científico, no caso) bem feito comporta a maior das alegrias (Gould, 1986: 167 s.). Sim, sim. Stephen Jay Gould não se esqueceu do essencial. ■

## Referências Bibliográficas

- Gould, S. J. (1982 [1980] ), *The Panda's Thumb: More Reflection in Natural History*. New York, Norton.
- Gould, S. J. (1986 [1985]), *The Flamingo's Smile: Reflections in Natural History*. Harmondsworth, Pelican.

Nota: *The Panda's Thumb* foi editado pela Gradiva (*O polegar do panda*). Duas outras colectâneas de Stephen Jay Gould estão igualmente publicadas em Portugal: *Ever since Darwin* (*A vida desde Darwin*, pela Presença) e *Hen's Teeth and Horse's Toes* (*Quando as galinhas tiverem dentes*, pela Gradiva).

João Ramalho Santos